

O tempo não pode voltar para trás na formação inicial de professores

O atual modelo de formação inicial de professores, que teve o seu início com o processo de Bolonha há cerca de 15 anos, foi ao longo do tempo suscitando múltiplas expressões reveladoras de um sentimento de saudosismo relativamente ao modelo que muitos experienciaram enquanto formandos ou formadores. Com este modelo, a transformação do estágio de um ano, com assunção de total responsabilidade pela lecionação de turmas, para uma prática de ensino supervisionada em turmas de um orientador, foi suscitando dúvidas quanto à sua adequação para preparar os futuros professores para a profissão e conduziu muitos a defenderem que “no meu tempo é que era bom”.

Acontece que o tempo é outro. Em boa parte dos países europeus (e não só) assiste-se a uma denominada crise de vocação para a profissão de professor que é visível na pouca atração de novos professores e no abandono da carreira, ao longo dos anos, como apontado no Relatório Eurydice, *Os Professores na Europa: Carreira, desenvolvimento e bem-estar*, da Comissão Europeia, publicado em 2021. No nosso país a situação é particularmente crítica, uma vez que não só estamos longe de conseguir atrair um número suficiente de candidatos para os cursos de formação inicial de professores, como a classe profissional está bastante envelhecida. Os dados oficiais disponibilizados pela DGEEC, mostram que, em 2022, o grupo de professores com 55 ou mais anos representava já 36% do total e que apenas 6932 professores tinham menos de 35 anos, o que representa menos de 5%. Diversos estudos apontam a necessidade de recrutamento de um número expressivo de professores de todas as áreas, até 2030, figurando o grupo de recrutamento 500, entre os mais carenciados.

Face a tal emergência, duas medidas têm sido apontadas para encaminhar mais interessados para a profissão, mas que correspondem, no fundo, a vias que nos remetem para o passado: a integração no sistema educativo de candidatos a professor sem a habilitação profissional e a (re)introdução de um estágio remunerado nos cursos de formação inicial de professores. Será que as soluções do passado continuam a ser pertinentes na atualidade?

É reconhecido no Relatório Eurydice que, em todos os sistemas educativos, os professores são uma força motriz absolutamente essencial para o processo de aprendizagem dos alunos. Mas, quem são os novos professores de matemática? Os que entram e fecham a porta da sala de aula, reproduzindo os modelos de professor que observaram ao longo do seu percurso escolar, em alguns casos ocorrido há várias décadas? Os que ensinam a matemática pelo manual e que, muitas vezes, ainda não têm conhecimento de que os programas mudaram muito nos últimos anos? Os que conhecem a matemática apenas como a matéria a ensinar? Os que assumem a essência da profissão

de professor como a transmissão da matéria, e não como a responsabilidade pela formação do aluno? Quando se propõe que a escola acolha, enquanto professores, todos os que querem lá entrar, sem a adequada formação, estaremos realmente a contribuir para que os professores sejam a tal força motriz, de que tanto necessitamos, para formar os novos cidadãos para uma sociedade em profunda transformação e que se confronta com tantos desafios de grande complexidade? Acima de tudo, será que estamos realmente a valorizar a profissão para que os jovens nela se reconheçam e queiram vir a abraçá-la?

As alterações introduzidas no novo diploma referente aos cursos de formação inicial de professores trazem-nos de volta a realização de um estágio remunerado com a lecionação de 12 horas em turmas próprias e um contrato de trabalho. Parece existir a expectativa que estes novos professores venham a preencher uma lacuna no sistema educativo. Contudo, é essencial ter em conta que estes “futuros” professores estão em formação e, como tal, precisam ainda de um período de prática de ensino que seja efetivamente supervisionada e que não se compadece com o assumir a total responsabilidade pelos alunos. Estes jovens professores não foram responsáveis pela situação em que nos encontramos e precisam de tempo para se adaptarem. Não podemos colocar sobre estes o ónus de preencher os lugares que sobram na escola, antes devemos cuidar que tenham uma entrada na profissão que os motive e os preencha, não conduzindo ao abandono ou a não acreditar na profissão. A criação de incentivos pode parecer ter o efeito positivo de atrair alguns, mas seguramente ninguém escolhe uma profissão, em particular, com a imagem negativa que a ela se associa hoje, porque tem um estágio remunerado. Esta não é, com certeza, a solução para o problema da falta de professores e poderá também não ser uma boa aposta no que diz respeito à qualidade da formação requerida.

O tempo é o da escassez de professores, sem dúvida, mas é também o do confronto com maiores exigências para a profissão, nomeadamente com programas de matemática, para os diferentes níveis de escolaridade, requerendo uma multiplicidade de conhecimentos no domínio da didática. Portanto, não temos dúvidas que aquilo que mais necessitamos no momento é de uma formação inicial mais sólida, sendo que medidas bem pensadas para combater o problema da escassez de professores são também uma necessidade absoluta. Temos de ambicionar muito mais do que “simplesmente” as nossas crianças e jovens verem assegurada a aula de matemática, na sua mancha horária. Tem de haver outras soluções porque o tempo não pode voltar para trás.

HÉLIA OLIVEIRA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DE LISBOA